

# Brasil quer condições especiais em Paris

A proposta brasileira para renegociação da dívida de US\$ 21 bilhões com o Clube de Paris contera pelo menos um "componente não-convencional", antecipou ontem o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, aos embaixadores dos países que integram o Grupo dos Sete, o G-7: além de fazer um pagamento simbólico dos juros devidos, o Brasil vai pedir o reescalonamento dos créditos já renegociados — o que não é usualmente concedido pelo Clube — como forma de não comprometer a austeridade da política fiscal para este ano.

Marcílio apresentou a proposta ontem durante café da manhã no Itamaraty com os embaixadores do Grupo dos Sete (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Canadá, Itália, Japão, França e Alemanha), que têm "voz predominante" dentro do Clube e, segundo ele, obteve boa receptividade. O embaixador do Canadá, William Clarke, confirmou a impressão de Marcílio. Para ele, a proposta é muito boa. Ontem mesmo, os embaixadores encaminharam a proposta brasileira aos seus respectivos países.

## "Lousa limpa"

Conforme Marcílio, que não adiantou valores, a proposta tem quatro componentes. Primeiro, o Brasil está resolvendo "problemas precedentes, para ter a lousa limpa, isto é, vai pagar os atrasados não-reescaláveis". Segundo, apresentará uma proposta sem grandes novidades, por não estar pedindo descontos explícitos (apenas implícitos, o que se traduz em prazos mais longos e financiamento dos atrasados). Terceiro — referente a parte não-convencional, que necessita de maiores explicações, segundo o ministro —, vai pedir o reescalonamento dos créditos já renegociados. E quarto, quer simetria com os credores oficiais e particulares, dentro da idéia de que os governos devem receber "tratamento conveniente" porque deles o Brasil espera recursos

novos.

Marcílio disse ainda que as negociações bilaterais dentro do Clube foram todas fechadas (o último país a fechar um acordo foi a Itália). Para facilitar as negociações com o Clube de Paris, o Brasil anuncia também hoje (15), em Varsóvia, um acordo com a Polónia, numa demonstração de que, como credor, também age com boa vontade. Isto é importante, ressaltou o ministro, porque está sendo levado em conta pelos governos credores.

O Brasil já havia perdoado metade da dívida polonesa — cerca de US\$ 2 bilhões, conforme o ministro —, assim como os demais credores da Polónia. Isto, segundo Marcílio, foi o que permitiu, agora, a retomada dos pagamentos pela Polónia. O acordo, do qual ele não adiantou detalhes, será "mutuamente favorável", com juros acima da média. O perdão, de acordo com o ministro, não importa muito, já que parte da dívida se referia a juros sobre juros.

## Carga pesada

Para Marcílio, o encontro com os embaixadores (o quarto desde o ano passado) foi muito positivo. Eles disseram, segundo seu relato,

que o reescalonamento de créditos já renegociados não é usual, mas reconheceram que, diante das dificuldades brasileiras, seria uma carga muito pesada do ponto de vista fiscal. O ministro lembrou que um encontro semelhante com os embaixadores, às vésperas do acordo com o FMI, teve um bom efeito nas negociações com o Fundo.

O encontro promovido pelo ministro faz parte da estratégia do governo brasileiro para convencer os principais interlocutores no processo de renegociação da dívida externa. A proposta é apresentada simultaneamente pelas embaixadas do Brasil junto aos demais países credores e no Clube de Paris. O presidente do Banco Central, Francisco Gros, que também participou do café da manhã, segue hoje para o Japão, mas nos dias 24 e 25 será o chefe da delegação brasileira que irá discutir oficialmente, em Paris, a proposta brasileira. Também participaram do café da manhã o secretário-geral de Polícia Exterior, embaixador Marcos Azambuja, e assessores graduados dos ministérios da Economia e das Relações Exteriores.